

Comparando Revisões Narrativas e Sistemáticas: um exemplo a partir da teoria de eleições de segunda-ordem aplicada ao Parlamento Europeu¹

Victor Matheus de Santana Santos² – Universidade Federal de Pernambuco |

Resumo

Revisões sistemáticas são aquelas que se utilizam de critérios claros, padronizados e pré-especificados durante a coleta, a seleção e a análise dos trabalhos a serem revisados. Esse tipo de revisão apresenta numerosas vantagens frente às revisões narrativas, que podem dispor de vieses e, por conseguinte, apresentar resultados menos confiáveis. Apesar de seus benefícios para o acúmulo sistemático do conhecimento e para o avanço da ciência como um todo, revisões sistemáticas continuam a ser pouco adotadas pelos acadêmicos e pesquisadores brasileiros nas Ciências Sociais em geral. Há também uma carência de materiais de cunho didático e prático em português que abordem o passo-a-passo para a execução de uma boa revisão sistemática. Desse modo, este artigo objetiva divulgar essa técnica de revisão para o público acadêmico brasileiro, em especial, para aqueles dedicados à Ciência Política e Relações Internacionais. Mais especificamente, são ressaltadas as diferenças entre revisões narrativas, revisões sistemáticas e meta-análises e quais são seus respectivos benefícios e limitações. Também são apresentadas as etapas para a consecução de uma revisão sistemática a partir de um caso prático (SANTOS, 2022). Por fim, este artigo compara a quantidade e a exclusividade das referências apresentadas em Santos (2022), uma revisão sistemática, com as referências apresentadas por outras duas revisões narrativas anteriores. Foi constatado que, apesar de trabalhar com um número menor de referências, Santos (2022) encontrou dezenas de artigos que não foram mencionados nas duas revisões narrativas anteriores. Este achado demonstra a capacidade de revisões sistemáticas de conciliar precisão e abrangência.

Palavras-chave: revisão sistemática, revisão narrativa, revisão literária, eleições de segunda-ordem, eleições para o Parlamento Europeu.

¹ O autor agradece ao professor Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque pelo excelente trabalho de orientação, cujos frutos incluem este artigo. Este trabalho foi financiado pela Bolsa de Pós-Graduação IBPG-0521-7.09/20 da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

² Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCP-UFPE).

Abstract

Systematic reviews are those that use clear, standardized and pre-specified criteria during the collection, selection and analysis of the works to be reviewed. This type of review has numerous advantages compared to narrative-literary reviews, which may have biases and, therefore, present less reliable results. Despite its benefits for the systematic accumulation of knowledge and for the advancement of science as a whole, systematic reviews continue to be little adopted by Brazilian academics and researchers in the Social Sciences in general. There is also a lack of didactic and practical materials in Portuguese that address the step-by-step process for carrying out a good systematic review. Thus, this article aims to promote this review technique to the Brazilian academic public, and, in particular, to those dedicated to the Political Science and International Relations' field. More specifically, the differences between narrative-literary reviews, systematic reviews and meta-analyses are highlighted, as well as their respective benefits and limitations. The steps for carrying out a systematic review based on a practical case (SANTOS, 2022) are also presented. Finally, this article compares the quantity and exclusivity of the references presented in Santos (2022), a systematic review, with the references presented by two other previous narrative reviews. It was found that, despite working with a smaller number of references, Santos (2022) found dozens of articles that were not mentioned in the two previous narrative reviews. This finding demonstrates the ability of systematic reviews to reconcile with comprehensiveness.

Keywords: systematic review, narrative review, literary review, second-order elections, European Parliament elections.

1. Introdução

Um dos aspectos mais importantes para o avanço da ciência é o acúmulo sistemático de conhecimento. No atual cenário de grande, rápido e contínuo crescimento da produção acadêmica em diversas áreas, é imperativo que a sistematização desse grande volume de conhecimento seja feita de uma forma metodologicamente consistente e que gere conclusões válidas e confiáveis. Revisões sistemáticas, caso sejam bem feitas, servem exatamente a esse propósito. Ademais, atualmente os pesquisadores que optam por fazer revisões sistemáticas de suas respectivas áreas de interesse possuem diversos recursos tecnológicos à sua disposição para facilitar tanto a coleta como a seleção dos trabalhos que serão revisados, a exemplo de repositórios digitais e *softwares* de uso aberto e gratuitos.

No entanto, apesar de tantas ferramentas práticas e vantagens metodológicas em comparação com tipos não sistemáticos de revisão de literatura, nota-se que há pouca produção de revisões sistemáticas nas Ciências Humanas e Sociais de forma geral, e especialmente no Brasil (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2014). Além disso, apesar da importância de recentes contribuições à Ciência Política/Relações Internacionais brasileira que se preocuparam em utilizar e divulgar a técnica da revisão sistemática de literatura,³ percebe-se que ainda há uma carência de conteúdos práticos em português sobre métodos e técnicas de revisão de literatura voltados para o público acadêmico brasileiro nessa grande área de estudos.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva introduzir a revisão sistemática enquanto técnica de pesquisa. Mais especificamente, nas seções a seguir, serão diferenciados os principais tipos de revisão de literatura (revisões narrativo-literárias, revisões sistemáticas e meta-análises), destacando-se os benefícios e limitações de tais tipos de revisão e o passo-a-passo de uma revisão sistemática será demonstrado a partir de um exemplo prático (SANTOS, 2022). Ademais, serão comparados os resultados obtidos por Santos (2022), que realizou uma revisão sistemática, com os resultados obtidos por Eijk, Franklin e Marsh (1996) e Marsh e Mikhaylov (2010), que realizaram revisões narrativo-literárias. Essa comparação é centrada, especialmente, na quantidade e exclusividade de referências citadas em cada revisão. Tais revisões versam sobre a teoria de eleições de segunda-ordem aplicadas às eleições para o Parlamento Europeu (PE). Contudo, por serem revisões de tipos diferentes, Santos (2022) possui um escopo mais restrito e delimitado do que as outras duas revisões narrativas. Destarte, a próxima seção busca diferenciar os tipos de revisões e suas respectivas vantagens e desvantagens. Em seguida, será realizada uma breve introdução à teoria de eleições de segunda-ordem, objeto de estudo das três revisões que serão detalhadas e comparadas nas seções subsequentes.

2. Revisões narrativas *versus* revisões sistemáticas: vantagens e limitações

Há numerosas formas de se categorizar revisões de literatura. Grant e Booth (2009), por exemplo, distinguem quatorze tipos diferentes, enquanto Davies (2000) distingue apenas cinco tipos. Contudo, de forma geral, o presente artigo argumenta que as revisões de literatura podem ser divididas em dois tipos principais. Aquelas que carecem de critérios objetivos e pré-delimitados para a coleta, a seleção e a inclusão de trabalhos são comumente denominadas como revisões narrativas e/ou literárias (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2014). Esse tipo de revisão dá uma maior liberdade a quem conduz a pesquisa e a coleta dos textos, pois o(a) autor(a) pode escolher quais trabalhos ele(a) quer inserir na revisão livremente.

3 Podem ser citados como exemplos os trabalhos de Batista, Domingos e Vieira (2021), Lyra, Lira Brito e Dolléans (2022), Sampaio e Figueiredo Filho (2019) e Schaefer *et al.* (2019)

Por outro lado, por não adotarem técnicas específicas e padronizadas para a coleta, a seleção e a inclusão de trabalhos, tais etapas podem ser realizadas de forma enviesada. Segundo Figueiredo Filho *et al.* (2014), um dos problemas mais recorrentes em revisões narrativo-literárias é a seleção conveniente da amostra, que privilegia aspectos como o conhecimento prévio do(s) pesquisador(es) sobre os textos escolhidos ou até mesmo suas preferências pessoais. Ainda de acordo com tais autores, a ausência de critérios padronizados também dificulta a replicação de revisões narrativo-literárias, o que pode ocasionar problemas de confiabilidade. Dacombe (2018) também destaca que revisões narrativo-literárias normalmente não levam em consideração a qualidade dos estudos selecionados para a análise.

No seu turno, aquelas revisões que adotam critérios pré-delimitados e padronizados nas suas etapas são denominadas revisões sistemáticas. Como especificado pela sua nomenclatura, esse tipo de revisão busca sistematizar o conhecimento obtido em uma determinada área de pesquisa a partir de procedimentos definidos antes dos textos serem coletados. Nesse sentido, a revisão sistemática pode ser descrita como uma técnica metodológica específica, que não só coleta, mas também avalia as contribuições à agenda de pesquisa, permitindo a formulação de conclusões mais confiáveis sobre, por exemplo, o que é consenso na literatura, quais são os conflitos na agenda de pesquisa, quais lacunas ainda restam a ser preenchidas (DENYER; TRANFIELD, 2009; COOPER; HEDGES, 2009). Revisões sistemáticas também devem especificar quais questões de pesquisa foram investigadas e quais são os seus limites procedimentais e temáticos, além de avaliarem a qualidade dos estudos ao selecionar quais deles irão compor a amostra final para análise (DACOMBE, 2018).

De modo geral, revisões sistemáticas seguem os mesmos procedimentos adotados por outras técnicas metodológicas comuns à análise científica, mas tratando a produção acadêmica como objeto de pesquisa (PETTICREW; ROBERTS, 2006). A adoção de critérios para a coleta, seleção e análise dos textos diminui as chances de viés em cada uma dessas etapas (DAVIES, 2000) além de possibilitar a replicação, uma vez que tais critérios são determinados majoritariamente antes da execução da pesquisa, aumentando a transparência de todo o processo (DACOMBE, 2018). No entanto, a adoção de muitos critérios de seleção e exclusão da literatura, assim como a rigidez desses critérios podem ocasionar revisões sistemáticas de escopo limitado, o que, consequentemente, pode gerar eventuais prejuízos na sistematização da análise. Contudo, ressalta-se que essa limitação não é inerente à técnica, e sim um possível erro na sua execução por parte do(a) revisor(a). O quadro abaixo resume as principais vantagens e desvantagens de cada tipo de revisão.

Quadro 1 – Vantagens e desvantagens dos diferentes tipos de revisão.

	REVISÕES NARRATIVO-LITERÁRIAS	REVISÕES SISTEMÁTICAS
VANTAGENS	• Maior liberdade para sua execução	• Maior confiabilidade das conclusões • Maior transparência • Facilita a replicação • Avalia a qualidade dos estudos selecionados
DESVANTAGENS	• Possibilidade de viés • Não avalia a qualidade dos trabalhos selecionados	• Critérios podem ser muito restritivos ou muito abrangentes

Por sua vez, revisões sistemáticas podem ser categorizadas de diferentes formas levando-se em consideração seus objetivos e a forma como os estudos estão sendo analisados.⁴ Apesar de alguns autores entenderem revisões sistemáticas e meta-analíticas como sinônimos (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2014), uma outra parte da literatura entende que revisões meta-analíticas são um subtipo de revisão sistemática (PETTICREW; ROBERTS, 2006; DACOMBE, 2018; COOPER, 2016). Ademais, é possível encontrar definições de meta-análise na literatura que diferem em sua abrangência. Petticrew e Roberts (2006), por exemplo, definem uma meta-análise como qualquer revisão sistemática que traga um resumo estatístico dos estudos coletados. O presente artigo argumenta a favor de uma definição mais precisa de meta-análise. De acordo com a primeira definição de meta-análise, proposta por Glass (1976), tal subtipo de revisão busca sistematizar o acúmulo de conhecimento a partir da síntese quantitativa parametrizada dos dados e das conclusões de trabalhos anteriores, visando integrar achados e/ou estimar se um determinado método gera resultados padronizados (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2014).

Desse modo, entende-se que uma meta-análise deve ir além da apresentação da estatística descritiva da amostra de estudos selecionada para análise – algo que, na verdade, toda boa revisão sistemática deveria apresentar. A síntese estatística presente em meta-análises é feita com os dados e resultados dos próprios estudos, combinando-os após uma cuidadosa parametrização. Já a estatística descritiva da amostra abarca características que são próprias aos estudos, aos pesquisadores e à agenda de pesquisa, como, por exemplo, dados sobre o gênero e a universidade de origem dos pesquisadores, nome e país dos periódicos abarcados, quantidade de artigos publicados em cada um deles e número de citações de cada estudo. Tais dados não fazem parte da etapa da meta-análise em específico, pois são aspectos formais de cada estudo coletados pelo revisor no decorrer de sua pesquisa e, idealmente, estão presentes tanto em meta-análises como em revisões sistemáticas de forma mais geral.

Nesse sentido, de acordo com Dacombe (2018), não é possível realizar uma meta-análise sem antes proceder com uma revisão sistemática da literatura. Contudo, nem toda revisão sistemática é acompanhada de uma meta-análise, pois esse é um procedimento extra que apenas pode ser realizado com objetos de pesquisa passíveis de mensuração de forma padronizada ou comum em diferentes estudos. Ademais, para a consecução de uma boa meta-análise, é necessário que os trabalhos selecionados para a revisão tenham utilizado métodos e variáveis iguais ou similares para analisar o objeto de pesquisa, uma vez que isso facilita a parametrização dos dados coletados e dos resultados obtidos por esses estudos. É importante ressaltar que meta-análises com problemas nas parametrizações de dados e resultados podem levar a conclusões e sínteses enviesadas e pouco confiáveis.

Em vista disso, revisões meta-analíticas encontram amplo espaço na área de Ciências da Saúde, uma vez que é mais fácil de se mensurar e parametrizar dados sobre, por exemplo, pacientes e tratamentos (como peso, altura, taxas sanguíneas, doses de medicamentos) do que objetos de estudo de difícil mensuração e quantificação, como fenômenos sociais. No caso das Ciências Sociais, os revisores também devem se atentar às diferentes formas de se conceituar um mesmo fenômeno (PETTICREW; ROBERTS, 2006). Diferentes trabalhos podem conceituar, por exemplo, democracia ou regimes políticos de modos distintos, e tais aspectos devem ser considerados pelo(a) revisor(a) quando ele(a) está delimitando seus critérios de pesquisa. Portanto, a depender do objeto de estudo, como normalmente ocorre nas Ciências Sociais:

⁴ Petticrew e Roberts (2006), por exemplo, categorizam ao menos dez subtipos de revisões sistemáticas.

[...] a meta-análise nem sempre é percebida como uma alternativa metodológica viável. Às vezes, até existem estudos quantitativos sobre determinado fenômeno, mas a grande diferença nos métodos adotados, nos casos analisados ou mesmo na forma de se mensurar o objeto de estudo impede uma boa parametrização dos resultados (SANTOS, 2022, p. 18).

Tais dificuldades, todavia, são impeditivas para a realização de meta-análises apenas. A adoção de critérios para a coleta, a seleção e a análise de trabalhos a serem revisados – características típicas de uma revisão sistemática – é sempre possível e recomendada, independentemente da agenda de pesquisa sobre a qual se está estudando. Ainda assim, segundo Figueiredo Filho *et al.* (2014), revisões narrativo-literárias continuam a prevalecer nas Ciências Humanas e Sociais. Dessa forma, a divulgação desta técnica metodológica em eventos e trabalhos acadêmicos faz-se necessária tendo em vista a sua importância para a acumulação sistemática de conhecimento e para o avanço da ciência como um todo, especialmente diante do expressivo crescimento na quantidade de trabalhos acadêmicos publicados nas últimas décadas.

Nessa perspectiva, o presente artigo apresenta a seguir uma breve introdução sobre a teoria de eleições de segunda-ordem aplicada às eleições para o Parlamento Europeu (PE), para posteriormente abordar o passo a passo de uma revisão sistemática a partir do exemplo de Santos (2022), revisão focada no referido objeto de estudo.

3. Uma breve introdução à teoria de eleições de segunda-ordem aplicada às eleições para o Parlamento Europeu

Apresentada no artigo seminal de Reif e Schmitt (1980) no contexto das primeiras eleições para o PE, em 1979, a teoria de eleições de segunda-ordem se desenvolveu e foi continuamente refinada nas décadas seguintes, restando até hoje como a principal teoria utilizada para se analisar as eleições para o PE, também sendo utilizada para se analisar outros tipos de eleições (RALLINGS; THRASHER, 2005; MÜLLER, 2018), e casos não europeus (NACHMIAS; ROSENTHAL; ZUBIDA, 2012; CARRERAS, 2018). De forma resumida, a teoria afirma que há dois tipos de eleições. Aquelas que definem o executivo nacional em cada país são consideradas mais importantes e decisivas por eleitores, partidos e serviços midiáticos, sendo, então, eleições de primeira-ordem. Em sistemas presidencialistas, são as eleições para presidente. Em sistemas parlamentaristas, são as eleições para o legislativo nacional. No seu turno, todas as outras são consideradas menos importantes em maior ou menor grau pelos atores políticos, sendo, desse modo, eleições de segunda-ordem.

Justamente por serem consideradas menos decisivas, as eleições de segunda-ordem compartilham algumas características em comum. Primeiramente, seu comparecimento eleitoral (ou *turnout*) é mais baixo. No caso das eleições europeias⁵, a diferença no *turnout* varia entre 17% a 26% em comparação com a média das respectivas eleições de primeira-ordem em cada país (SCHÄFER, 2021). Ademais, partidos governistas tendem a ter um pior desempenho, assim como partidos maiores, enquanto partidos menores, mais novos e/ou radicais são favorecidos. A teoria pressupõe dois principais mecanismos para explicar esses padrões de voto. Por considerarem que há menos em jogo em eleições de segunda-ordem, alguns eleitores optariam por votar de forma sincera, escolhendo partidos menores mais próximos de suas ideologias – o que veio a ser denominado pela literatura como “voto sincero”.

⁵ O termo “eleições europeias” será utilizado neste artigo como sinônimo de eleições para o Parlamento Europeu (PE).

Já aqueles eleitores que votaram nos partidos governistas na eleição de primeira-ordem anterior, mas que estão insatisfeitos com o governo, optariam por punir os partidos governistas, votando na oposição nas eleições de segunda-ordem seguintes a fim de expressar esse seu descontentamento às elites políticas. Esse último fenômeno se intensifica, sobretudo, quando as eleições de segunda-ordem são realizadas no meio dos mandatos ou ciclos eleitorais, época em que a aprovação dos governos tradicionalmente é mais baixa. Além desses padrões no comparecimento e na escolha do voto dos eleitores, a agenda de pesquisa sobre eleições de segunda-ordem também demonstrou que os partidos tendem a investir menos em campanhas (WEBER, 2007), assim como a cobertura midiática tende a ser menor (TENSCHER; MAIER, 2009), o que, por sua vez, desincentiva eleitores a comparecerem às urnas, ajudando a explicar o baixo *turnout* nesse tipo de eleição.

Nas décadas seguintes, as proposições de Reif e Schmitt (1980) foram testadas numerosas vezes em diferentes décadas utilizando-se as eleições para o PE como objeto de estudo, seja com dados a nível agregado (REIF, 1984; MARSH, 1998; SCHMITT, 2005; HIX; MARSH, 2007; HIX; MARSH, 2011; EHIN; TALVING, 2021); seja com dados a nível individual (KOUSSER, 2004; MANOW, 2005; WEBER, 2007; CLARK; ROHRSCHEIDER, 2009; SCHMITT *et al.*, 2020), consolidando-se, portanto, como uma agenda de pesquisa própria na seara de estudos europeus e como o principal arcabouço teórico para se analisar as eleições europeias.

Contudo, salvo melhor juízo, não existia nenhuma revisão que procurasse resumir mais de quatro décadas de pesquisa sobre o assunto de forma sistematizada até 2022 (SANTOS, 2022). Uma incipiente revisão foi realizada por Eijk, Franklin e Marsh (1996), mas a primeira grande revisão realizada nessa agenda de pesquisa foi publicada apenas em 2010 (MARSH; MIKHAYLOV, 2010). Todavia, ambas são revisões do tipo narrativa-literária, que notoriamente carecem de critérios bem-definidos quanto à seleção dos trabalhos a serem revisados (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2014).

De forma resumida, Eijk, Franklin e Marsh (1996) afirmam que, após 16 anos de estudos na área, ainda restava à literatura delimitar melhor quais são os efeitos individuais de variáveis como tamanho dos partidos, se eles são governistas ou não, se eles são radicais ou não; uma vez que tais variáveis sempre eram testadas em conjunto. Outra lacuna a ser preenchida à época era a falta de estudos que tratassem do impacto da mídia e das campanhas em tais eleições, ainda que o comparecimento eleitoral fosse objeto de estudo de muitos trabalhos na área.

Eijk, Franklin e Marsh (1996) delimitaram, então, importantes variáveis que afetam o comparecimento eleitoral nas eleições europeias que haviam sido pouco trabalhadas previamente, como o dia em que tais eleições são realizadas, se elas ocorrem em conjunto com outras eleições e sua localização temporal no calendário eleitoral de cada país. Por fim, Eijk, Franklin e Marsh (1996), mencionando Oppenhuis, Eijk e Franklin (1994), destacam avanços que refinaram a teoria, especificando, por exemplo, as situações em que ocorrem o voto sincero e o voto de protesto e destacando que as arenas políticas nacionais e europeia se influenciam mutuamente, ainda que em graus diferentes.

No seu turno, Marsh e Mikhaylov (2010) adotam um tom menos crítico ao resumir 30 anos de pesquisas na área. Dentre os consensos acumulados após 1996, destacam-se o argumento de que algumas eleições são mais de segunda-ordem que outras (HEATH *et al.*, 1999; RALLINGS; THRASHER, 2005; SKIRINIS; TEPEROGLOU, 2008) e que eleitores que se identificam mais com partidos verdes e partidos eurocéticos tendem a votar nesses partidos em maior proporção em eleições europeias em comparação com eleições de primeira-ordem (CARRUBA; TIMPONE, 2005;

HOBOLT; SPOON; TILLEY, 2009), o que corrobora o pressuposto inicial de que partidos menores e/ou mais radicais tendem a ter um melhor desempenho em eleições de segunda-ordem. Ao revisar a literatura, Marsh e Mikhaylov (2010) concluem que questões europeias importam, ainda que seja para um menor grupo de eleitores e em um menor grau quando comparadas com questões nacionais.

Após esse breve apanhado sobre a agenda de pesquisa referente à teoria de eleições de segunda-ordem aplicada às eleições para o PE, a seção a seguir retoma a discussão sobre revisões sistemáticas, apresentando o passo-a-passo desta técnica a partir da revisão realizada por Santos (2022).

4. O passo-a-passo de uma revisão sistemática a partir de um exemplo prático

Por ser uma técnica metodológica específica, revisões sistemáticas normalmente seguem etapas e procedimentos comuns a todas elas, com algumas variações a depender dos seus objetivos e do objeto de pesquisa em estudo. Um dos primeiros trabalhos a apresentar um passo-a-passo detalhado de como se operacionalizar uma revisão sistemática foi publicado em 1982 por Harris Cooper, psicólogo especializado em psicologia social, o que demonstra o interesse de acadêmicos da área da saúde em desenvolverem e aplicarem o método ainda no início dos anos 1980.

Cooper (1982) inicialmente definiu cinco etapas para a realização de uma revisão sistemática e suas respectivas funções. Décadas depois, Cooper e Hedges (2009) definiram seis etapas no *The handbook of research synthesis and meta-analysis*, enquanto Cooper (2016) mais recentemente delimitou sete etapas no total. Esta seção dedica-se a apresentar resumidamente os sete passos propostos por Cooper (2016) na consecução de uma revisão sistemática e como um exemplo prático (SANTOS, 2022) fez para operacionalizá-los de acordo com seus objetivos e problema de pesquisa.

O primeiro passo apresentado por Cooper (2016) é a formulação do problema de pesquisa. Este é um aspecto comum a todo método e estudo científico. Revisões sistemáticas devem idealmente ser guiadas por alguma pergunta de pesquisa que vise, por exemplo, resolver disputas ou identificar lacunas na agenda. No caso prático aqui abordado, Santos (2022) buscava avaliar, dentro da agenda de pesquisa sobre eleições de segunda-ordem e eleições para o PE, se estudos com dados a nível agregado e com dados a nível individual apresentavam discrepâncias em seus resultados, além de investigar quando os primeiros estudos com dados a nível individual começaram a ser publicados nessa agenda.

A revisão foi motivada pela possibilidade apontada por Clark e Rohrschneider (2009) de que pudesse haver falácia ecológica na literatura dedicada a estudar eleições de segunda-ordem. De forma resumida, a falácia ecológica ocorre quando dados no nível agregado ou macro são mal interpretados para a formulação de inferências quanto ao nível individual ou micro, ocasionando inferências e correlações inválidas. Uma vez que os primeiros trabalhos na área se utilizaram de dados ao nível agregado de análise (resultados eleitorais por país-membro do PE) para tecer inferências e hipóteses com relação ao comportamento individual de eleitores, a falácia ecológica restava como possibilidade até que estudos com dados a nível micro fossem publicados. Apesar de seu escopo temporal limitado (até 2009), a revisão sistemática realizada por Santos (2022) descartou a hipótese de falácia ecológica na agenda de pesquisa entre 1980 e 2009.

Em seguida, o segundo passo proposto por Cooper (2016) é a coleta dos estudos. É nesta etapa em que se define, por exemplo, se o(a) revisor(a) vai trabalhar com toda a população de estudos em uma determinada literatura ou se ele(a) vai analisar uma amostra dela. Caso ele(a) opte pela amostragem, os critérios para seleção da amostra também devem ser definidos nessa etapa, além dos tipos de material, bases de dados e idiomas a serem abarcados. É fundamental que o(a) revisor(a) defina seus critérios de coleta e seleção previamente à realização dessas etapas. Estes critérios, em especial, os critérios de exclusão, também devem ser justificados e apresentados publicamente em conjunto com os resultados da revisão, para garantir a transparência, a padronização e a replicabilidade da revisão (SANTOS, 2022). Santos (2022), por exemplo, optou por incluir apenas artigos publicados em espanhol, francês, inglês e português, entre 1980 e 2009, no *Scopus* e no *Google Scholar*, sobre eleições de segunda-ordem e eleições para o PE na sua amostra final. Todas essas escolhas foram justificadas e apresentadas pelo autor em seu trabalho. A título de exemplo, Santos (2022) optou por excluir livros e capítulos de livro de sua amostra final, devido à incapacidade de encontrar esse tipo de material disponível de forma ampla e gratuita *online*, especialmente quanto a livros mais antigos.⁶

Um aspecto importante para a etapa da coleta é a definição de bons termos de busca, além de um bom uso de operadores booleanos, o que trará mais acuidade e refino aos resultados obtidos nos buscadores de repositórios. A escolha do repositório a ser utilizado para a revisão também impacta nos resultados obtidos. Santos (2022), por exemplo, após realizar diferentes testes, definiu seus termos de busca no *Scopus* na seguinte ordem: “‘*second-order*’ AND ‘*second-order elections*’ OR ‘*European Parliament*’ OR ‘*European elections*’”, encontrando 286 trabalhos nesta base de dados. Para o *Google Scholar*, Santos (2022) optou por uma escolha diferente de termos: “‘*second-order elections*’ AND ‘*European Parliament*’”, encontrando 3579 textos.⁷

Nessa etapa, Santos (2022) destaca dois desafios enfrentados durante a execução da coleta dos textos para a revisão. O primeiro deles foi a existência de uma grande quantidade de duplicações, uma vez que muitos dos trabalhos indexados no *Scopus* também estavam indexados no *Google Scholar*. Por vezes, alguns trabalhos foram encontrados mais de uma vez dentro da mesma base de dados (*Google Scholar*). Por fim, o segundo desafio foi repassar os critérios de exclusão na grande quantidade de trabalhos encontrados no *Google Scholar*. Apesar dos termos de busca serem restritos aos idiomas espanhol, francês, inglês e português, foram encontrados trabalhos em outros idiomas como alemão, russo, turco, grego e japonês.

Ainda segundo Santos (2022), repassar tantos critérios de exclusão em tantos trabalhos excedeu o tempo previsto para essa etapa durante o planejamento da revisão, uma vez que o autor optou por realizar a seleção dos artigos para a amostra final de forma manual, devido à necessidade de se investigar os textos na íntegra para checar se cumpriam com os critérios de inclusão/exclusão pré-determinados. Essa escolha procedimental é facultativa aos revisores, e caso os mesmos optem por analisar apenas os resumos dos trabalhos durante a etapa de coleta e seleção, é recomendado o uso de softwares como *Harzing's Publish or Perish* e *Rayyan*, o que aumentará a eficiência da realização dessa etapa da revisão. A análise restrita aos resumos na etapa da seleção da amostra é recomendada quando o(a) revisor(a) dispõe de prazos apertados ou pouco flexíveis para a realização da revisão sistemática.

⁶ Santos (2022) definiu muitos outros critérios de exclusão de estudos de sua amostra final. Apresentar todos esses critérios foge da proposta deste artigo e tornaria a sua leitura exaustiva. O que importa aqui é destacar a necessidade de definir esses critérios antes da execução da coleta da literatura e de publicizá-los para que a revisão seja o mais transparente possível. Recomendamos a leitura da revisão na íntegra caso o(a) leitor(a) esteja interessado(a) em mais detalhes sobre outros critérios de seleção e exclusão adotados por Santos (2022).

⁷ Ambas as buscas foram realizadas no dia 18 de dezembro de 2021. O número total de trabalhos encontrados abarca também as buscas com os referidos termos traduzidos para o espanhol, o francês e o português.

Ademais, caso surja algum tipo de limitação não prevista anteriormente, é facultativo ao(a) pesquisador(a) revisar e alterar alguns critérios de seleção e exclusão durante a consecução dessas etapas. No caso de Santos (2022), a revisão inicialmente também iria abarcar *working papers* publicados no período analisado, contudo, o autor notou, no decorrer da coleta dos estudos, que alguns *working papers* continham informações incompletas ou então haviam sido publicados posteriormente como artigos, o que geraria duplicidade de resultados na amostra final. Santos (2022), então, optou por excluir *working papers* do escopo de sua revisão. Esse aspecto denota um outro benefício de revisões sistemáticas enquanto técnica de pesquisa, que é a capacidade de revisar os procedimentos adotados durante a sua execução sem comprometer a precisão e a confiabilidade da análise. No entanto, é importante ressaltar que toda alteração nos critérios definidos para a coleta, a seleção e a análise dos estudos em uma revisão sistemática deve ser plenamente justificada.

Por sua vez, o terceiro passo apresentado por Cooper (2016) é a coleta das informações sobre os estudos. É importante para uma execução eficiente desta etapa que o(a) revisor(a) já tenha refinado a amostra final e excluído aqueles trabalhos que fogem do escopo de sua análise. As informações a serem coletadas podem ser relativas tanto aos aspectos formais dos trabalhos selecionados (número e gênero dos autores, universidade de origem dos autores, periódicos e seus respectivos países de origem, número de citações, métodos adotados, apresentação de hipóteses, seção exclusivamente dedicada à metodologia, etc.) como aspectos relativos aos próprios dados e resultados obtidos em cada trabalho (tipo de dado utilizado, tamanho da amostra, variáveis analisadas, quantidade e proporção de hipóteses confirmadas, etc.).

Figueiredo Filho *et al.* (2014) recomendam a coleta do máximo de variáveis e informações possíveis, uma vez que interromper e/ou recomençar a fase da coleta de informações em busca de dados não coletados previamente incorre em custos financeiros e logísticos. No caso de Santos (2022), 95 variáveis foram coletadas no total. Tais variáveis foram divididas em três dimensões (formal, metodológica e substantiva), seguindo o exemplo de Sampaio e Figueiredo Filho (2019). Contudo, essa distinção é facultativa ao(a) revisor(a).⁸ Santos (2022) também optou por realizar a coleta das informações dos artigos selecionados para a amostra final em ordem cronológica (os artigos eram lidos e catalogados de acordo com o ano de publicação, do mais antigo para o mais recente), a fim de se observar a evolução dos estudos e seus resultados ao longo do tempo. Novamente, essa estratégia de coleta de informações é facultativa ao(a) revisor(a), mas se mostra interessante em trabalhos que busquem analisar a evolução dos estudos em uma determinada agenda de pesquisa no decurso do tempo.

Cooper (2016) estabelece como quarto passo a avaliação da qualidade do material selecionado para compor a amostra final. Esta etapa é uma distinção fundamental entre revisões sistemáticas e revisões narrativo-literárias, pois avaliar a qualidade dos estudos revisados previne que trabalhos com métodos questionáveis ou resultados não confiáveis compoñham a amostra final (SANTOS, 2022). Apesar de Cooper (2016) propor diferentes formas de avaliação da qualidade dos estudos selecionados, elas são mais facilmente aplicáveis em trabalhos que adotam experimentos como método. Desse modo, como é o caso na maioria dos objetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, diferentes formas de se avaliar a qualidade dos estudos devem ser levadas em consideração. Santos (2022) optou pela adoção do fator de impacto dos periódicos selecionados como uma *proxy* à qualidade dos estudos, excluindo da amostra final artigos publicados nos periódicos listados como Q3 e Q4 em suas respectivas áreas de estudo no *Scimago Journal Ranking* (SJR). No seu desenho metodológico, Santos (2022) também antecipou a realização dessa etapa, executando-a em conjunto com a etapa da coleta/seleção dos estudos para a revisão, tornando a consecução da revisão mais eficiente e transformando a qualidade dos estudos coletados efetivamente em um critério de exclusão.

⁸ As variáveis coletadas por Santos (2022) nesta etapa estão listadas nos apêndices A, B e C, disponíveis ao final deste artigo.

Apesar desse critério prezar pelo impacto dos estudos, ajudando a filtrar aqueles trabalhos menos relevantes em sua respectiva agenda de pesquisa; como relatado pelo próprio Santos (2022), adotar o fator de impacto como um critério de exclusão acabou afetando desproporcionalmente revistas que não têm o inglês como idioma principal. É esperado que periódicos que não adotem o inglês como idioma principal tenham um fator de impacto mais baixo, uma vez que o inglês atualmente é a língua franca do mundo científico. Ainda segundo Santos (2022):

[...], fica claro que a adoção de critérios de exclusão que usam o [fator de] impacto de periódicos acadêmicos como *proxy* para a qualidade das publicações carregou um viés que limitou a entrada de artigos não escritos em inglês na amostra final. Esse viés afetou principalmente os artigos publicados em espanhol e português. [...], nenhum artigo em português ou espanhol chegou à amostra final, enquanto apenas dois artigos em francês entraram nessa amostra. Uma pequena pesquisa no SJR mostrou que nenhum periódico de língua portuguesa publicado em Portugal dedicado à Ciência Política e Relações Internacionais alcançou os dois primeiros percentis do ranking [Q1 e Q2] no ano de 2019, o que ilustra bem o viés linguístico presente nas avaliações e fórmulas que compõem o fator de impacto das revistas acadêmicas (SANTOS, 2022, p. 35, grifo nosso).

Portanto, essa problemática deve ser levada em consideração pelo(a) revisor(a) caso ele(a) opte por adotar o fator de impacto dos periódicos como critério de exclusão ou de avaliação da qualidade dos trabalhos. Recomenda-se que, no caso de revisões com escopo transnacional ou que abarquem revistas que não adotam o inglês como idioma principal, a nota de corte do fator de impacto varie de acordo com cada idioma incluído na revisão, a fim de se evitar vieses ou distorções na composição da amostra final. Apesar dessa questão, Santos (2022) demonstra que a maioria dos estudos excluídos pelo critério do fator de impacto acabariam sendo excluídos da amostra final por outros critérios adotados em sua revisão, minimizando o impacto desse viés na composição de sua amostra final.

Nesse sentido, o quinto passo proposto por Cooper (2016) é a análise dos trabalhos selecionados a partir das variáveis coletadas na terceira etapa. Caso o objeto de estudo permita e seja do interesse do(a) revisor(a), é nesta etapa em que também é a realizada a síntese quantitativa característica de meta-análises. Uma vez que Santos (2022) abarcou em sua revisão estudos qualitativos, o autor optou nesta etapa por calcular a frequência dos achados na direção esperada em cada artigo selecionado, a fim de verificar a existência de viés de publicação na agenda de pesquisa. Santos (2022) constatou que não há viés de publicação entre 1980 e 2009 na agenda sobre eleições de segunda-ordem e eleições para o PE. Como relatado previamente, tampouco foi constatada a existência de falácia ecológica, um dos problemas de pesquisa motivadores da revisão.

Em seguida, a sexta etapa sugerida por Cooper (2016) é a interpretação dos dados coletados no todo. É nesta etapa em que o(a) revisor(a) irá tecer inferências a partir dos dados e informações que foram colhidos e analisados previamente (SANTOS, 2022). Nesse passo, o(a) revisor(a) deve tecer conclusões gerais a partir da análise e/ou síntese realizada na etapa anterior.⁹ Por fim, a sétima e última etapa é a apresentação e/ou publicação da revisão, que, no caso de Santos (2022), foi realizada sob a forma de dissertação de mestrado. Cooper (2016) e Figueiredo Filho *et al.* (2014) recomendam que a apresentação dos resultados da revisão siga o modelo MARS (*Meta-Analysis Reporting Standards*). No entanto, esse modelo é mais apropriado para revisões meta-analíticas e o(a) revisor(a) tem discricionariedade em decidir como ele(a) irá apresentar ou publicizar seus resultados, contanto que sigam os padrões esperados para um trabalho acadêmico-científico.

Após a apresentação do passo-a-passo de como se fazer uma revisão sistemática, segue-se a comparação das referências coletadas por Santos (2022) com as referências adotadas por Eijk, Franklin e Marsh (1996) e Marsh e Mikhaylov (2010).

⁹ Uma vez que 95 variáveis foram coletadas, numerosos resultados foram obtidos. Um breve resumo dos resultados obtidos por Santos (2022) será apresentado na seção seguinte. Para os(as) leitores(as) interessados em mais detalhes, recomenda-se a leitura de Santos (2022) na íntegra.

5. Revisões sistemáticas *versus* revisões narrativo-literárias: comparando referências e achados

Uma vez que revisões narrativo-literárias não adotam critérios específicos e padronizados de exclusão e inclusão de trabalhos a serem revisados, espera-se que revisões sistemáticas abarquem um número menor de estudos em comparação com revisões narrativo-literárias (SANTOS, 2022). Mesmo em revisões com amplo escopo temporal, como foi o caso de Santos (2022), a precisão dos critérios de seleção e exclusão fez com que a amostra final abarcasse 54 artigos, uma média de 1,8 trabalhos por ano pesquisado pela revisão. As outras duas revisões incluem um número bem maior de trabalhos citados no total: 52 referências citadas em Eijk, Franklin e Marsh (1996) – média de 3 trabalhos por ano – e 145 referências citadas em Marsh e Mikhaylov (2010) – média de 3,9 trabalhos por ano. No entanto, como Santos (2022) excluiu de sua amostra final livros, capítulos de livros, dissertações, teses e *working papers*, a quantidade de trabalhos a serem abarcados se reduz consideravelmente logo de início.

Para uma comparação mais balizada, optou-se por contabilizar apenas os artigos apresentados em cada revisão entre 1980 e 2009 (entre 1980 e 1995 no caso de Eijk, Franklin e Marsh (1996)). O quadro abaixo resume tais dados.

Quadro 2 – Comparação da quantidade de referências citadas em cada revisão.

	EIJK, FRANKLIN & MARSH (1996)	MARSH & MIKHAYLOV (2010)	SANTOS (2022)
TOTAL DE REFERÊNCIAS	52	145	54
TOTAL DE REFERÊNCIAS (entre 1980 e 2009)	48	117	54
REFERÊNCIAS POR ANO (entre 1980 e 2009)	3,00	3,90	1,80
TOTAL DE ARTIGOS	25	80	54
TOTAL DE ARTIGOS (entre 1980 e 2009)	23	64	54
ARTIGOS POR ANO (entre 1980 e 2009)	1,43	2,13	1,80

Percebe-se que, restringindo a comparação apenas aos artigos apresentados por cada revisão narrativa, diminui-se a variação na média de quantidade de artigos analisados por ano. Não obstante, Marsh e Mikhaylov (2010), numa revisão narrativa com um escopo temporal similar à Santos (2022), apresentaram uma maior média de artigos por ano em comparação com a revisão sistemática. A menor média de artigos por ano, Eijk, Franklin e Marsh (1996), pode ser atribuída ao fato de que muitas das referências de destaque à época estavam publicadas em livros. No entanto, seriam necessários maiores estudos para verificar se, de fato, houve uma mudança no padrão de publicações acadêmicas ao longo das décadas, que teriam passado a priorizar periódicos em detrimento de livros. Ainda assim, espera-se que revisões narrativas tenham, em média, uma maior quantidade de referências apresentadas em comparação com revisões sistemáticas, devido à falta de critérios padronizados de coleta, seleção e exclusão de estudos abarcados pela revisão.

Por sua vez, mesmo considerando-se apenas os artigos publicados, Santos (2022) demonstra que muitos dos artigos não abarcados em sua revisão, mas que foram incluídos nas outras duas revisões narrativas mencionadas, foram excluídos de sua revisão sistemática por numerosos critérios. Marsh e Mikhaylov (2010), por exemplo, citam 27 trabalhos que foram publicados em 2010 ou anteriormente a 1980, fugindo do escopo temporal da revisão sistemática.

No entanto, um importante achado de Santos (2022) foi demonstrar que apesar de serem mais precisas que revisões narrativo-literárias, revisões sistemáticas podem encontrar e reintroduzir à agenda de pesquisa estudos pouco citados previamente, mas que possuem potencial para repercussão. A título de exemplo, dentre os 34 artigos encontrados pelas três revisões publicados entre 1980 e 1995, 23 foram citados por Eijk, Franklin e Marsh (1996), enquanto apenas 8 foram citados por Marsh e Mikhaylov (2010), outra revisão narrativa publicada 15 anos depois. Apesar de terem um escopo temporal similar, Santos (2022) incluiu 16 artigos publicados entre 1980 e 1995, o dobro de artigos que Marsh e Mikhaylov (2010). Contudo, Santos (2022) destaca que 9 dos 16 artigos analisados que foram publicados entre 1980 e 1995 não foram mencionados em nenhuma das revisões narrativas anteriores. Já Marsh e Mikhaylov (2010) possuem apenas duas referências não citadas por nenhuma outra revisão publicada nesse mesmo período.

Expandindo o recorte temporal analisado, Marsh e Mikhaylov (2010) citaram apenas 32 dos 54 artigos encontrados por Santos (2022). Em contrapartida, cada revisão narrativa citou apenas um artigo não encontrado por Santos (2022) durante a etapa de coleta dos estudos, respectivamente.¹⁰ Alguns outros artigos apresentados nas duas revisões narrativas não foram encontrados na etapa da coleta realizada por Santos (2022) porque sequer mencionavam os termos “*second-order elections*” e/ou “*European Parliament*”. Já o restante dos artigos não incluídos por Santos (2022) foram excluídos de sua amostra final por conta de outros critérios adotados pela revisão, como não tratar diretamente da teoria ou de eleições europeias, ou ter sido publicado numa revista com baixo fator de impacto.¹¹

Quanto às conclusões viabilizadas pela síntese das variáveis coletadas, Santos (2022) resume:

¹⁰ Tais artigos foram Eijk e Oppenhuis (1990), citado em Eijk, Franklin e Marsh (1996), e Jesuit (2003), citado por Marsh e Mikhaylov (2010). Esses artigos não foram encontrados pelos buscadores, apesar de tratarem do tema de pesquisa, e teriam feito parte da revisão sistemática realizada por Santos (2022), caso fossem coletados.

¹¹ Uma lista com todos os artigos referenciados nas três revisões está disponível no Apêndice D, ao final do artigo. Essa lista detalha quais artigos foram incluídos na revisão realizada por Santos (2022) e os motivos da exclusão daqueles artigos que não foram incluídos.

[...], justamente pela abordagem analítica e pelos instrumentos de busca adotados, ficou demonstrado aqui que testes com dados em nível individual já eram realizados na década de 1990. Além disso, a maior quantidade de informações coletadas nesta revisão sistemática nos permitiu descobrir achados importantes. A coleta e análise do número de citações dos artigos, algo que ainda não havia sido feito na literatura, permitiu descobrir que alguns dos primeiros testes com dados em nível individual não tiveram grande repercussão na literatura em geral. A análise da proporção de hipóteses corroboradas permitiu verificar que não houve viés de publicação nesta agenda de pesquisa, pelo menos até 2009. A coleta de dados sobre universidades e sobre o gênero dos autores permitiu verificar a centralidade de alemães, holandeses, norte-americanos e britânicos na produção acadêmica sobre o tema, além de apontar a grande disparidade de gênero que caracterizou – e provavelmente ainda caracteriza – essa agenda de pesquisa. A coleta e a exposição dos dados em ordem cronológica nos permitiu mostrar como a teoria foi sendo refinada ao longo dos anos e como hipóteses como a do “voto habitual” perderam força ao longo do tempo enquanto outras como “algumas eleições são mais de segunda-ordem do que outras” e “questões europeias importam, mas a um nível menor” ganharam destaque e relevância (SANTOS, 2022, p. 77).

Tais aspectos demonstram o potencial de revisões sistemáticas em combinar precisão com abrangência de referências coletadas, aumentando a confiabilidade dos resultados obtidos. O fato de que a maioria dos trabalhos (incluindo-se aqueles mais antigos) está integralmente disponível *online* e indexada em repositórios acadêmicos digitais não só facilita a boa execução de revisões sistemáticas, como também serve de incentivo para que esta técnica seja cada vez mais adotada pelas Ciências Humanas e Sociais. Ademais, atualmente existem diversos *softwares* dedicados a tornar a busca e a seleção de referências para uma revisão sistemática mais prática e eficiente, como o *Harzing's Publish or Perish* e o *Rayyan*. Se antigamente a etapa da coleta dos estudos tinha que ser integralmente realizada à mão em bibliotecas e repositórios físicos, hoje em dia os pesquisadores têm à disposição uma série de recursos que otimizam a realização de revisões sistemáticas de qualidade.

Não obstante, revisões sistemáticas também apresentam suas limitações. Dacombe (2018) destaca três objeções comuns ao método na Ciência Política: revisões sistemáticas seriam positivistas demais, menosprezariam trabalhos qualitativos e de *small-n*, e seriam vagas quanto à teoria. No entanto, o próprio Dacombe (2018) demonstra a fraqueza de tais objeções. O trabalho de Santos (2022) enfrenta diretamente as duas últimas objeções, pois lida com um objeto de pesquisa eminentemente qualitativo: uma teoria. No que concerne à primeira objeção mencionada por Dacombe (2018), o presente artigo defende que o rigor e a padronização dos métodos e técnicas científicos é importante para o avanço da ciência contemporânea e que autores que optem por métodos e técnicas de pesquisa não convencionais devem sempre prezar pelos princípios da ética e da transparência, independentemente de quais sejam suas visões sobre ontologia e epistemologia da produção do conhecimento científico. Nesse sentido, o incentivo aqui presente à execução de revisões sistemáticas nas Ciências Humanas e Sociais vai além da mera promoção de uma determinada técnica de pesquisa e busca promover tais princípios no meio acadêmico como um todo.

Ainda assim, Santos (2022) destaca que uma importante limitação de sua revisão foi a adoção de critérios de exclusão consideravelmente rígidos, ao ponto de não abarcar uma parte da literatura relevante para o seu problema de pesquisa pelo fato dela estar publicada no formato de livros e/ou capítulos de livro. Apesar de tal critério de exclusão estar devidamente justificado, pois a disponibilidade desse tipo de material *online* e gratuitamente é limitada, Santos (2022) reconhece que isso pode ter afetado os resultados da sua revisão. A despeito disso, como demonstrado acima, e apesar de abarcar apenas artigos, Santos (2022) encontrou referências que sequer tinham sido mencionadas por revisões narrativas anteriores, demonstrando que estudos como o de Niedermayer (1990) e Schmitt (1990b) já faziam análises com dados a nível individual ainda no início dos anos 1990.

6. Conclusão

Tendo em vista a já mencionada predileção nas Ciências Humanas e Sociais por revisões narrativo-literárias, ainda que estas sejam mais limitadas em comparação com revisões sistemáticas (FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2014; DACOMBE, 2018), o presente artigo visa demonstrar os benefícios de revisões sistemáticas e meta-analíticas, ressaltando a sua importância para o avanço da sistematização confiável de conhecimento e da ciência um todo. Também foram abordadas as etapas para a realização de uma boa revisão sistemática, acompanhadas de um exemplo prático (SANTOS, 2022). Por fim, foram comparadas as referências apresentadas por Santos (2022) com as referências apresentadas por outras duas revisões narrativas anteriores.

Conclui-se que, apesar de mais precisa e delimitada, por conta da adoção de critérios de seleção e exclusão de trabalhos, a revisão sistemática realizada por Santos (2022) encontrou dezenas de artigos que sequer haviam sido mencionados pelas revisões narrativas anteriores. Este achado ilustra o potencial da técnica de revisão sistemática em unir a precisão típica de métodos científicos rigorosos com a abrangência e a sistematização de um grande volume de informações, características comuns a boas revisões de literatura. Por outro lado, critérios de seleção e de exclusão rígidos demais podem comprometer o escopo e, por conseguinte, os objetivos de pesquisa da revisão. Destarte, pesquisadores que optem por realizar revisões sistemáticas devem sempre sobrepesar a qualidade e a disponibilidade dos estudos em sua área de interesse com seus objetivos de pesquisa, a fim de conciliar tais aspectos.

Acreditamos que as informações aqui apresentadas possam servir de incentivo para que cada vez mais estudantes e pesquisadores optem pela realização de revisões sistemáticas em suas respectivas áreas de pesquisa nas Ciências Sociais, somando-se aos esforços de outros pesquisadores como Figueiredo Filho *et al.* (2014) na promoção de métodos e técnicas robustos que auxiliem na acumulação de conhecimento e no progresso científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Christopher J.; WARD, Daniel S. (1996), "Barometer elections in comparative perspective", *Electoral Studies*, vol. 15, no. 4: 447–460.
- ARNOLD, Christine; PENNING, Paul. (2009), "Party Positions on the European Constitution During the 2004 European Parliament Elections", *Journal of Contemporary European Research*, vol. 5, no. 1: 24–42.
- BATISTA, Mariana; DOMINGOS, Amanda; VIEIRA, Bhreno. (2021), "Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil", *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, no. 94.
- BLONDEL, Jean; SINNOTT, Richard; SVENSSON, Palle. (1997), "Representation and voter participation", *European Journal of Political Research*, vol. 32, no. 2: 243–272.
- BOGDONOR, Vernon. (1989), "Direct elections, representative democracy and European integration", *Electoral Studies*, vol. 8, no. 3: 205–216.
- BRUG, W. V. D.; FENNEMA, M.; TILLIE, J. (2000), "Anti-immigrant parties in Europe: Ideological or protest vote?" *European Journal of Political Research*, vol. 37: 77–102.
- _____; FRANKLIN, Mark and TÓKA, Gabor. (2008), "One electorate or many? Differences in party preference formation between new and established European democracies", *Electoral Studies*, vol. 27: 589–600.
- _____; HOBOLT, Sara Binzer; VREESE, Claes de. (2009), "Religion and Party Choice in Europe", *West European Politics*, vol. 32: 1266–1283.
- CARAMANI, D. (2006), "Is there a European electorate and what does it look like? Evidence from electoral volatility measures, 1976–2004", *West European Politics*, vol. 29, no. 1: 1–27.
- CARRERAS, Miguel. (2018), "Presidential Institutions and Electoral Participation in Concurrent Elections in Latin America", *Political Studies*, vol. 66, no. 3: 541–559.
- CARRUBBA, C.; TIMPONE, R. J. (2005), "Explaining vote switching across first- and second-order elections: Evidence from Europe", *Comparative Political Studies*, vol. 38, no. 3: 260–281.
- CLARK, Nick; ROHRSCHEIDER, Rohr. (2009), "Second-order elections versus first-order thinking: How voters perceive the representation process in a multi-layered system of governance", *Journal of European Integration*, vol. 31, no. 5: 645–664.
-

COOPER, Harris M. (1982), "Scientific guidelines for conducting integrative research reviews", *Review of educational research*, vol. 52, no. 2: 291-302.

_____. (2016), *Research synthesis and meta-analysis: a step-by-step approach*, 5. Ed, Thousand Oaks, Sage Publications.

_____; HEDGES, Larry V. (2009), "Research synthesis as a scientific process", in H. M. Cooper, L. V. Hedges e J. C. Valentine (eds), *The handbook of research synthesis and meta-analysis*, pp. 3-16, 2ª ed., Nova York, Russel Sage Foundation.

COULTRAP, John. (1999), "From parliamentarism to pluralism: Models of democracy and the European Union's 'democratic deficit'", *Journal of Theoretical Politics*, vol. 11, no. 1: 107-135.

CURTICE, John. (1989), "The 1989 European Election: protest or green tide?", *Electoral Studies*, vol. 8, no. 3: 217-230.

DACOMBE, Rod. (2018), "Systematic Reviews in Political Science: What Can the Approach Contribute to Political Research?", *Political Studies Review*, vol. 16, no. 2: 148-157.

DAVIES, Philip. (2000), "The Relevance of Systematic Reviews to Educational Policy and Practice", *Oxford Review of Education*, vol. 26, no. 3-4: 365-378.

DENYER, David; TRANFIEL, David. (2009), "Producing a systematic review", in D. A. Buchanan e A. Bryman (eds), *The Sage handbook of organizational research methods*, pp. 671-689. Sage Publications Ltd.

EHIN, Piret; TALVING, Liisa. (2021), "Still second-order? European elections in the era of populism, extremism, and Euroscepticism", *Politics*, vol. 41, no. 4: 467-485.

EIJK, Cees van der. (1987), "Testing theories of electoral cycles: The case of The Netherlands", *European Journal of Political Research*, vol. 15, no. 2: 253-270.

_____. (1989), "The Netherlands", *Electoral Studies*, vol. 8, no. 3: 305-312.

_____; EGMOND, Marcel van. (2007), "Political effects of low turnout in national and European elections", *Electoral Studies*, vol. 26, no. 3: 561-573.

_____; FRANKLIN, Mark N. (1991), "European Community politics and electoral representation: evidence from the 1989 European elections study". *European Journal of Political Research*, vol. 19, no.1: 105-128.

_____; FRANKLIN, Mark N. (1996), *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of Union*, Ann Arbor, University of Michigan Press.

_____; FRANKLIN, Mark N.; MARSH, Michael. (1996), “What Voters Teach Us About European Elections: What Europe-Wide Elections Teach Us About Voters”, *Electoral Studies*, vol. 15, no. 2: 149-166. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0261-3794\(96\)00009-1](https://doi.org/10.1016/0261-3794(96)00009-1). Acesso em: 05 nov. 2023.

_____; FRANKLIN, Mark; DEMANT, F.; BRUG, Wouter van der. (2007), “The Endogenous Economy: ‘Real’ economic conditions, subjective economic evaluations and government support”, *Acta Politica*, vol. 42, no. 1: 1-22.

_____; OPPENHUIS, Erik V. (1990), “Turnout and second-order effects in the European elections of June 1989 - evidence from The Netherlands”, *Acta Politica*, vol. 25, no. 1: 67-94.

_____; OPPENHUIS, Erik V. (1991), “European parties’ performance in electoral competition”, *European Journal of Political Research*, vol. 19, no. 1: 55-80.

EISINGA, Rob; FRANCES, Philip Hans; DIJK, Dick van de. (1998), “Timing of Vote Decision in First and Second Order Dutch Elections 1978–1995: Evidence from Artificial Neural Networks”, *Political Analysis*, vol. 7, no. 1: 117–142.

ELGÜN, Özlem; TILLMAN, Erik R. (2007), “Exposure to European Union Policies and Support for Membership in the Candidate Countries”, *Political Research Quarterly*, vol. 60, no. 3: 391–400.

ERIKSON, Robert. (1988) “The puzzle of midterm loss”. *Journal of Politics*, vol. 50, no. 4: 1011- 1029.

FAUVELLE-AYMAR, Christine; STEGMAIER, Mary. (2008), “Economic and political effects on European Parliamentary electoral turnout in post-communist Europe”, *Electoral Studies*, vol. 27: 661–672.

FERRARA, Federico; WEISHAUP, J. Timo. (2004), “Get your act together: Party performance in European Parliament elections”, *European Union Politics*, vol. 5, no. 3: 283–306.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson B.; PARANHOS, Ranulfo; JÚNIOR, José Alexandre da Silva; ROCHA, Enivaldo C. da; ALVES, Dáfni Priscila. (2014), “O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise?”, *Teoria e Política*, vol. 23, no. 2: 205-228.

FLICKINGER, Richard; STUDLAR, Donley. (1992) “Exploring declining turnout in Western European elections”, *West European Politics*, vol. 15, no. 1: 1-16.

FLICKINGER, Richard; STUDLAR, Donley. (2007), “One Europe, many electorates? Models of turnout in European Parliament elections after 2004”, *Comparative Political Studies*, vol. 40, no. 4: 383–404.

FØLLESDAL, Andreas; HIX, Simon. (2006), “Why there is a democratic deficit in the EU: A response to

Majone and Moravcsik”, *Journal of Common Market Studies*, vol. 44, no. 3: 533–562.

FRANKLIN, M. N.; EIJK, C. V. D.; OPPENHUIS, E. (1995), “The motivational basis of participation in European elections, 1979–1994: The case of Britain”, *British Elections and Parties Yearbook*, vol. 5, no. 1: 32-50.

_____. (1991), “Getting out the vote: social structure and the mobilization of partisanship in the 1989 European elections”, *European Journal of Political Research*, vol. 19, no. 1: 129-148.

_____. (2001), “How structural factors cause turnout variation at European Parliament elections”, *European Union Politics*, vol. 2, no. 3: 309–328.

_____; MARSH, Michael; MCLAREN, Lauren. (1994), “Uncorking the bottle: popular opposition to European unification in the wake of Maastricht”, *Journal of Common Market Studies*, vol. 32, no. 4: 455-472.

_____; MARSH, Michael; WLEZIEN, Christopher. (1994), “Attitudes to Europe and Referendum votes: a response to Siune and Svensson”, *Electoral Studies*, vol. 13, no. 2: 117-121.

FREIRE, A. (2004), “Second-order elections and electoral cycles in democratic Portugal”, *South European Society and Politics*, vol. 9, no. 3: 54-79.

FREIRE, André; TEPEROGLOU, Eftichia. (2007), “European Elections and National Politics: Lessons from the ‘New’ Southern European Democracies”, *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, vol. 17, no. 1: 101–122.

GLASS, G. V. (1976), “Primary, secondary and meta-analysis of research”. *Educational Researcher*, vol. 5: 3-8.

GRANT, Maria J.; BOOTH, Andrew. (2009), “A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies”, *Health Information & Libraries Journal*, vol. 26: 91-108.

HEATH, Anthony; MCLEAN, Iain; TAYLOR, Bridget; CURTICE, John, (1999), “Between first and second order: a comparison of voting behaviour in European and local elections in Britain”, *European Journal of Political Research*, vol. 35, no. 3: 389-414.

HIX, Simon.; MARSH, Michael. (2011), “Second-order effects plus pan-European political swings: An analysis of European Parliament elections across time”, *Electoral Studies*, vol. 30, no. 1: 4-15.

_____; MARSH, Michael. (2007), “Punishment or Protest? Understanding European Parliament Elections”, *The Journal of Politics*, vol. 69, no. 2: 495-510.

_____; NOURY, Abdul; ROLAND, Gerard. (2006), "Dimensions of Politics in the European Parliament", *American Journal of Political Science*, vol. 50, no. 2: 494–511.

HOBOLT, Sara Binzer, SPOON, Jae-Jae; TILLEY, James. (2009), "A Vote Against Europe? Explaining Defection at the 1999 and 2004 European Parliament Elections", *British Journal of Political Science*, vol. 39, no. 1: 93-115.

JESUIT, David. (2003), "The Regional Dynamics of European Electoral Politics Participation in National and European Contests in the 1990s", *European Union Politics*, vol. 4, no. 2: 139–164.

KOEPKE, Jason R.; RINGE, Nils. (2006), "The second-order election model in an enlarged Europe", *European Union Politics*, vol. 7, no. 3: 321–346.

KOUSSER, Thad. (2004), "Retrospective voting and strategic behavior in European Parliament elections", *Electoral Studies*, vol. 23, no. 1: 1-21.

KRITZINGER, S.; CAVATORTA, F.; CHARI, R. (2004), "Continuity and change in party positions towards Europe in Italian parties: an examination of parties' manifestos", *Journal of European Public Policy*, vol. 11, no. 6: 954-974.

LUSOLI, Wainer; WARD, Janelle. (2005), "'Politics makes strange bedfellows': The Internet and the 2004 European Parliament Election in Britain", *Harvard International Journal of Press/Politics*, vol. 10, no. 4: 71–97.

LYRA, Gabriela Vilela; LIRA BRITO, Renato Victor; DOLLÉANS, Carolina Gabriela. (2022), "A produção da Ciência Política brasileira sobre o novo coronavírus: uma revisão sistemática", *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, vol. 9, no. 16: 70-89.

MAGNI-BERTON, R. (2008), "Pourquoi les partis gouvernementaux perdent-ils les élections intermédiaires : Enquête Eurobaromètre 2004 et élections européennes", *Revue française de science politique*, vol. 58: 643-656.

MANOW, Philip. (2005), "National Vote Intention and European Voting Behavior, 1979-2004: Second Order Election Effects, Election Timing, Government Approval and the Europeanization of European Elections", *MPiFG Discussion Paper*, no. 05/11: 1-31.

_____; DÖRING, Holger. (2008), "Electoral and Mechanical Causes of Divided Government in the European Union", *Comparative Political Studies*, vol. 41: 1349–1370.

MARSH, Michael. (1998), "Testing the Second-Order Election Model after Four European Elections", *British Journal of Political Science*, vol. 28, no. 4: 591–607.

_____. (2003), "Theories of less important elections: explanations of electoral behaviour in European parliament elections", *Revue de la Maison Française d'Oxford*, vol. 1, no.1.

_____. (2009), "Vote Switching in European Parliament Elections: Evidence from June 2004", *Journal of European Integration*, vol. 31, no. 5: 627-644.

_____; MIKHAYLOV, Slava. (2010), "European Parliament elections and EU governance", *Living Reviews on European Governance*, vol. 5: 1-30.

_____; MIKHAYLOV, Slava; SCHMITT, Hermann. (2007), *European Elections after Eastern Enlargement: Preliminary Results from the European Election Study 2004*, Mannheim, CONNEX.

MATTILA, Mikko. (2003), "Why bother? Determinants of turnout in the European elections", *Electoral Studies*, vol. 22, no. 3: 449-468.

MCKUEN, Michael B.; ERIKSON, Robert S.; STIMSON, James A. (1989), "Macropartisanship", *American Political Science Review*, vol. 83, no. 4: 1125-1142.

MCLEAN, I.; HEATH, A.; TAYLOR, B. (1996), "Were the 1994 Euro-and local elections in Britain really second-order? Evidence from the British election panel study", *British elections and parties yearbook*, vol. 6, no. 1: 1-20.

MENKE, K.; GORDON, I. (1980), "Differential Mobilisation for Europe: A Comparative Note on some Aspects of the Campaign", *European Journal of Political Research*, vol. 8, no. 1: 63-89.

MITCHEL, Glen; WLEZIEN, Christopher. (1995), "The impact of legal constraints on voter registration, turnout, and the composition of the American electorate", *Political Behavior*, vol. 17, no. 2: 179-202.

MORAVCSIK, Andrew. (2002), "In Defence of the 'Democratic Deficit': Reassessing Legitimacy in the European Union", *Journal of Common Market Studies*, vol. 40, no. 4: 603-624.

MUDDE, C. E., & VAN HOLSTEYN, J. J. M. (1994), "Over the Top: Dutch Right-Wing Extremist Parties in the Elections of 1994", *Politics*, vol. 14, no. 3: 127-134.

MÜLLER, Jochen. (2018), "German regional elections: Patterns of second-order voting", *Regional & Federal Studies*, vol. 28, no. 3: 301-324.

NACHMIAS, David; ROSENTHAL, Maoz; ZUBIDA, Hani. (2012), "Inverted First-and Second-Order Elections: The Israeli Case", *Israel Studies Review*, vol. 27, no. 1: 31-54.

- NIEDERMAYER, Oskar. (1990), "Turnout in the European elections", *Electoral Studies*, vol. 9, no. 1: 45-50.
- NIEMI, Richard G.; WHITTEN, Guy; FRANKLIN, Mark N. (1992), "Constituency characteristics, individual characteristics and tactical voting in the 1987 British General Elections", *British Journal of Political Science*, vol. 22, no. 2: 229-240.
- NORRIS, P. (1997), "Second-order elections", *European Journal of Political Research*, vol. 31, no. 1-2: 109-124.
- OPPENHUIS, Erik; EIJK, Cees van der; FRANKLIN, Mark N. (1996), "The party context: outcomes", In Cees van der Eijk; Mark N. Franklin *et al* (eds), *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of Union*, Ann Arbor: Michigan University press, pp. 303-329.
- OPPENHUIS, Erik; EIJK, Cees van der; FRANKLIN, Mark. (1994), "Consulting the oracle: consequences of treating European elections as "markers" of domestic political developments", In *Dutch Political Science Association Annual Meeting, Amsterdam, Netherlands*, Working paper.
- ORFORD, Scott; RALLINGS, Colin; THRASHER, Michael; BORISYUK, Galina. (2009), "Electoral salience and the costs of voting at national, sub-national and supra-national elections in the UK: a case study of Brent, UK", *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 34, no. 2: 195-214.
- PACEK, Alexander C.; RADCLIFF, Benjamin. (2003), "Voter participation and party-group for tunes in European parliament elections, 1979-1999: A cross-national analysis", *Political Research Quarterly*, vol. 56, no. 1: 91-95.
- PALDAM, Martin. (1986), "The distribution of election results and the two explanations of the cost of ruling", *European Journal of Political Economy*, vol. 2, no. 1: 5-24.
- PATTERSON, Samuel; CALDEIRA, Gregory. (1993), "Getting out the vote: participation in gubernatorial elections", *American Politics Science Review*, vol. 78, no. 1: 675-689.
- PETER, Jochen; LAUF, Edmund; SEMETKO, Holli A. (2004), "Television coverage of the 1999 European parliamentary elections", *Political Communication*, vol. 21, no. 4: 415-433.
- PETTICREW, Mark; ROBERTS, Helen. (2006), *Systematic reviews in the social sciences: a practical guide*, Oxford: Blackwell Publishing.
- POWELL, G. Bingham; WHITTEN, Guy. (1993), "A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context", *American Journal of Political Science*, vol. 37, no. 2: 391-414.
- RABIER, J-R. (1984), "Les paradoxes d'un scrutin: Les citoyens de dix pays élisent le parlement Européen", *Journal of European Integration*, vol. 8, no. 1: 5-32.
-

RALLINGS, Colin; THRASHER, Michael. (2005), “Not All ‘Second-Order’ Contests are the Same: Turnout and Party Choice at the Concurrent 2004 Local and European Parliament Elections in England”, *British Journal of Politics and International Relations*, vol. 7, no. 4: 584-597.

RASMUSSEN, Anne. (2008), “Party soldiers in a non-partisan community? Party linkage in the European Parliament”, *Journal of European Public Policy*, vol. 15, no. 8: 1164–1183.

RAY, Leonard. (1999), “Measuring party orientations towards European integration: Results from an expert survey”, *European Journal of Political Research*, vol. 36, no. 2: 283–306.

REIF, Karlheinz. (1984), “National electoral cycles and European elections 1979 and 1984”, *Electoral Studies*, vol. 3, no. 3: 244–255.

_____. (1985), “Ten second-order elections”. In: K. Reif (ed), *Ten European Elections*, Aldershot: Gower, pp. 1-36.

_____; SCHMITT, Hermann. (1980), “Nine Second-Order National Elections - A Conceptual Framework for the Analysis of European Election Results”, *European Journal of Political Research*, vol. 8, no. 1: 3–44.

_____; SCHMITT, Hermann. (1997), “European elections as member state second-order elections revisited”, *European Journal of Political Research*, vol. 31, no.1-2: 115–124.

SAMPAIO, Daniel; FIGUEIREDO FILHO, Dalson B. F. (2019), “Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática”, *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas*, vol. 1, no. 88: 1-25.

SANTOS, V. M. de S. (2022), *A systematic review of micro-level articles on second-order theory and European Parliament elections from 1980 to 2009*. 97 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SCHAEFER, Bruno Marques; BARBOSA, Tiago Alexandre Leme; EPITÁCIO, Sara de Sousa F.; RESENDE, Roberta Carnelos. (2019), “Qual o impacto do Whatsapp em eleições? Uma revisão sistemática (2010-2019)”, *Revista Debates*, vol. 13, no. 3: 58-88.

SCHÄFER, Constantin. (2021), Indifferent and Eurosceptic: The motivations of EU-only abstainers in the 2019 European Parliament election, *Politics*, vol. 41, no. 4: 522–536.

SCHMITT, Hermann. (1990a), “Party attachment and party choice in the European elections of June 1989: A cross-national comparative analysis of the post-electoral surveys of the European Voters Study 1989”, *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 2, no. 2: 169-184.

_____. (2005), "The European Parliament Elections of June 2004: Still Second-Order?", *West European Politics*, vol. 28, no. 3: 650–679.

_____. (2009), "Introduction", *European Integration*, vol. 31, no. 5: 525–535.

_____. (1990b), "The European elections of June 1989", *West European Politics*, vol. 13, no. 1: 116–123.

_____; MANNHEIMER, Renato. (1991), "About voting and non-voting in the European elections of June 1989", *European Journal of Political Research*, vol. 19, no. 1: 31–54.

_____; SANZ, A.; BRAUN, D.; TEPEROGLOU, E. (2020), "It All Happens at Once: Understanding Electoral Behaviour in Second-Order Elections", *Politics and Governance*, vol. 8, no. 1: 6–18.

SCHÖN-QUINLIVAN, E.; QUINLIVAN, A. (2004), "The 2004 European parliament election in the Republic of Ireland", *Irish Political Studies*, vol. 19, no. 2: 85–95.

SCHWEITZER, Eva Johanna. (2009), "Europeanisation on the Internet? The Role of German Party Websites in the 2004 European Parliamentary Elections", *Observatorio*, vol. 3, no. 3: 20–40.

SHUGART, Matthew Soberg. (1995), "The electoral cycle and the institutional sources of divided government", *American Political Science Review*, vol. 89, no. 2: 327–343.

SIAROFF, A. (2001), "Elections to the European Parliament: Testing alternative models of what they indicate in the member nations", *Journal of European Integration*, vol. 23, no. 3: 237–255.

SINNOTT, R.; WHELAN, B. J. (1992), "Turnout in second order elections: The case of EP elections in Dublin 1984 and 1989", *The Economic and Social Review*, vol. 23, no. 2: 147–166.

SKRINIS, S.; TEPEROGLOU, E. (2008), "Studying and Comparing Second-Order Elections. Examples from Greece, Portugal and Spain", In Cees van der Eijk, Hermann Schmitt, *The Multilevel Electoral System of the EU*, Mannheim: Mannheim Centre for European Social Research, CONNEX Report Series Nr 04, pp. 169–189.

SMITH, J. (1995), "The 1994 European elections: Twelve into one won't go". *West European Politics*, vol. 18, no. 3: 199–217.

STEFANOVA, Boyka. (2008), "The 2007 European elections in Bulgaria and Romania", *Electoral Studies*, vol. 27: 566–571.

STUDLAR, Donley; FLICKINGER, Richard S.; BENNETT, Stephen. (2003), "Turnout in European Parliament elections: Towards a European-centred model", *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, vol. 13, no. 1: 195–209.

TAGGART, Paul. (1998), "A touchstone of dissent: Euroscepticism in contemporary Western European party systems", *European Journal of Political Research*, vol. 33, no. 3: 363–388.

_____; SZCZERBIAK, Aleks. (2004), "Contemporary Euroscepticism in the party systems of the European Union candidate states of Central and Eastern Europe", *European Journal of Political Research*, vol. 43, no. 1: 1–27.

TAVITS, Margit. (2005), "The Development of Stable Party Support: Electoral Dynamics in Post-Communist Europe", *American Journal of Political Science*, vol. 49, no. 2: 283–298.

TENSCHER, Jens; MAIER, Michaela. (2009), "European Parliamentary elections 2004: Studies on political campaigning and media framing of a second-order event", *Journal of Political Marketing*, vol. 8, no. 1: 1–6.

THOMASSEN, Jacques; SCHMITT, Hermann. (1997), "Policy representation", *European Journal of Political Research*, vol. 32, no. 2: 165–184.

TILLEY, James; GARRY, John; BOLD, Tessa. (2008), "Perceptions and reality: Economic voting at the 2004 European Parliament elections", *European Journal of Political Research*, vol. 47: 665–686.

_____; WLEZIEN, Christopher, (2008). "Does Political Information Matter? An Experimental Test Relating to Party Positions on Europe", *Political Studies*, vol. 56: 192–214.

TILLMAN, Erik R. (2004), "The European Union at the Ballot Box? European Integration and Voting Behavior in the New Member States", *Comparative Political Studies*, vol. 37, no. 5: 590–610.

UPTON, Graham J. (1991), "The impact of by-elections on general elections: England, 1950-87", *British Journal of Political Science*, vol. 21, no. 1: 108-119.

VREESE, Claes H. de. (2003), "Television Reporting of Second-Order Elections", *Journalism Studies*, vol. 4, no. 2: 183–198.

_____; BANDUCCI, Susan A.; SEMETKO, Holli A.; BOOMGAARDEN, Hajo G. (2006), "The news coverage of the 2004 European parliamentary election campaign in 25 countries", *European Union Politics*, vol. 7, no. 4: 477–504.

VRIES, Catherine E. de. (2007), "Sleeping Giant: Fact or Fairytale? Examining the Impact of European Integration on National Elections in Denmark and the Netherlands", *European Union Politics*, vol. 8, no. 3: 363–385.

_____. (2009), “The Impact of EU Referenda on National Electoral Politics: Evidence from the Dutch Case”, *West European Politics*, vol. 32, no. 1: 142–171.

_____; EDWARDS, E. (2009), “Taking Europe to Its Extremes: Extremist Parties and Public Euroskepticism”, *Party Politics*, vol. 15, no. 1: 5–28.

WEBER, Till. (2007), “Campaign Effects and Second-Order Cycles: A Top-Down Approach to European Parliament Elections”, *European Union Politics*, vol. 8, no. 4: 509-536.

WILKE, J.; REINEMANN, C. (2007), “Invisible second-order campaigns? A longitudinal study of the coverage of the European Parliamentary elections 1979–2004 in four German quality newspapers”. *Communications*, vol. 32, no. 3: 299-322.

WOLDENDORP, Jaap; KEMAN, Hans; BUDGE, Ian. (1990), “Political Data 1945-1990”, *special issue of European Journal of Political Research*, vol. 24, no. 1.

APÊNDICE A – TABELA DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO FORMAL ADOTADA POR SANTOS (2022).

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	MEDIÇÃO
Título	Indica o título do trabalho	Nominal
Fonte	Nome da revista, congresso ou instituição onde o trabalho foi apresentado/publicado	Nominal
Tipo	Classificação do trabalho como artigo publicado em revista, working paper, monografia, dissertação de mestrado ou tese.	Nominal
Tipo código	Categorização da variável “Tipo”	Categórico (1=artigo, 2 = working paper, 3 = monografia, 4 = dissertação, 5 = tese)
Autores	Nome do(s) autor(es)	Nominal
Número de autores	Número de autores da obra	Discreto
Primeiro autor(a)	Nome do primeiro autor(a)	Nominal
Segundo autor(a)	Nome do segundo autor(a)	Nominal
Terceiro autor(a)	Nome do terceiro autor(a)	Nominal
Quarto autor(a)	Nome do quarto autor(a)	Nominal
Quinto autor(a)	Nome do quinto autor(a)	Nominal
Ano	Ano em que o trabalho foi publicado ou apresentado	Nominal
Referência	Sobrenome(s) do(s) autor(es) e ano de publicação	Nominal
Feminino	Indica o número de autoras do gênero feminino na obra	Discreto

Masculino	Indica o número de autores do gênero masculino na obra	Discreto
Número de Páginas	Número de páginas do trabalho	Discreto
URL	link para a fonte do trabalho	Nominal
Idade	Tempo desde a publicação/apresentação até 2021 (quando os dados foram coletados)	Discreto (em anos)
Afiliação do(a) primeiro(a) autor(a)	Universidade de origem do(a) primeiro(a) autor(a)	Nominal
Cidade da universidade do(a) primeiro(a) autor(a)	Cidade onde está localizada a universidade de origem do(a) primeiro(a) autor(a)	Nominal
País da universidade do(a) primeiro(a) autor(a)	País onde está localizada a universidade de origem do(a) primeiro(a) autor(a)	Nominal
Afiliação do(a) segundo(a) autor(a)	Universidade de origem do(a) segundo(a) autor(a)	Nominal
Cidade da universidade do(a) segundo(a) autor(a)	Cidade onde está localizada a universidade de origem do(a) segundo(a) autor(a)	Nominal
País da universidade do(a) segundo(a) autor(a)	País onde está localizada a universidade de origem do(a) segundo(a) autor(a)	Nominal
Afiliação do(a) terceiro(a) autor(a)	Universidade de origem do(a) terceiro(a) autor(a)	Nominal
Cidade da universidade do(a) terceiro(a) autor(a)	Cidade onde está localizada a universidade de origem do(a) terceiro(a) autor(a)	Nominal
País da universidade do(a) terceiro(a) autor(a)	País onde está localizada a universidade de origem do(a) terceiro(a) autor(a)	Nominal
Afiliação do(a) quarto(a) autor(a)	Universidade de origem do(a) quarto(a) autor(a)	Nominal
Cidade da universidade do(a) quarto(a) autor(a)	Cidade onde está localizada a universidade de origem do(a) quarto(a) autor(a)	Nominal
País da universidade do(a) quarto(a) autor(a)	País onde está localizada a universidade de origem do(a) quarto(a) autor(a)	Nominal

Afiliação do(a) quinto(a) autor(a)	Universidade de origem do(a) quinto(a) autor(a)	Nominal
Cidade da universidade do(a) quinto autor(a)	Cidade onde está localizada a universidade de origem do(a) quinto(a) autor(a)	Nominal
País da universidade do(a) quinto(a) autor(a)	País onde está localizada a universidade de origem do(a) quinto(a) autor(a)	Nominal
País do(a) primeiro(a) autor(a)	Indica o país de origem do(a) primeiro(a) autor(a)	Nominal
País do(a) segundo(a) autor(a)	Indica o país de origem do(a) segundo(a) autor(a)	Nominal
País do(a) terceiro(a) autor(a)	Indica o país de origem do(a) terceiro(a) autor(a)	Nominal
País do(a) quarto(a) autor(a)	Indica o país de origem do(a) quarto(a) autor(a)	Nominal
País do(a) quinto(a) autor(a)	Indica o país de origem do(a) quinto(a) autor(a)	Nominal
País de publicação	País onde os trabalhos foram publicados ou apresentados	Nominal
Seção de Metodologia	Indica se o trabalho possui uma seção dedicada apenas aos métodos aplicados	Categórico (1 = sim, 0,5 = no apêndice, 0 = não)
Citações no Scopus	No caso de trabalhos presentes na base de dados Scopus, indica o seu número de citações	Discreto
Idioma	Indica o idioma da obra	Nominal
Artigo seminal	Indica se o trabalho cita o artigo seminal nas referências	Binária (1 = sim, 0 = não)
Base de dados	Indica se o trabalho foi encontrado no Scopus ou no Google Scholar	Categórico

APÊNDICE B - TABELA DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO METODOLÓGICA ADOTADA POR SANTOS (2022).

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	MEDICÃO
Resumo	Indica se o trabalho tem um resumo	Binária (1 = sim, 0 = não)
Pergunta de pesquisa	Indica se a pergunta de pesquisa está clara no resumo ou na primeira seção do trabalho	Categórico (1 = sim, a pergunta é clara, 0,5 = pergunta de pesquisa em outra seção seguinte, 0 = pergunta de pesquisa não está explícita em nenhuma parte do texto)
Descrição da pergunta de pesquisa	Descreve a pergunta feita pelo(s) autor(es)	Nominal
Hipótese	Indica se as hipóteses estão claras no resumo ou na primeira seção do trabalho	Categórico (1 = sim, as hipóteses são claras, 0,5 = hipóteses mencionadas nas seções seguintes, 0 = as hipóteses não foram explicitadas no texto)
Descrição da hipótese	Descreve a hipótese do trabalho	Nominal
Metodologia	Informações sobre os métodos utilizados no resumo ou na primeira seção do trabalho	Binária (1 = sim, 0 = não)
Ano das eleições	Indica o(s) ano(s) da(s) eleição(s) analisada(s)	Nominal
Ano 1979	Indica se o trabalho analisa a eleição de 1979	Binária (1 = sim, 0 = não)
Ano 1984	Indica se o trabalho analisa a eleição de 1984	Binária (1 = sim, 0 = não)
Ano 1989	Indica se o trabalho analisa a eleição de 1989	Binária (1 = sim, 0 = não)
Ano 1994	Indica se o trabalho analisa a eleição de 1994	Binária (1 = sim, 0 = não)
Ano 1999	Indica se o trabalho analisa a eleição de 1999	Binária (1 = sim, 0 = não)

Ano 2004	Indica se o trabalho analisa as eleições de 2004	Binária (1 = sim, 0 = não)
Ano 2009	Indica se o trabalho analisa as eleições de 2009	Binária (1 = sim, 0 = não)
Número de eleições	Informa o número de eleições analisadas	Discreto
Número de países	Informa o número de países analisados	Discreto
Número de países-anos	Informa o número de países-anos analisados no total	Discreto
Número principal de países-anos	Informa o número de países-anos da análise principal	Discreto
Análise regional	Informa se o trabalho analisou apenas países da mesma região	Binária (1 = sim, 0 = não)
Nível de análise	Especifica o nível dos dados analisados	Categórico (micro, macro, ambos, qualitativo, análise de conteúdo)
Tamanho da Amostra	Indica se o trabalho é um estudo de caso único, n pequeno, n médio, n grande ou n muito grande	Categórico (estudo de caso, n pequeno, n médio, n grande, n muito grande)
Código do tamanho da amostra	Codifica as categorias de tamanhos de amostra	Categórico (0 = revisão de literatura, 1 = estudo de caso, 2 = n pequeno, 3 = n médio n, 4 = n grande, 5 = n muito grande)
Número de métodos	Informa a quantidade de métodos utilizados no trabalho	Discreto
Método 01	Informa o método único ou mais adotado no trabalho como um todo	Nominal
Método 02	Informa o segundo método adotado no trabalho	Nominal
Método 03	Informa o terceiro método adotado no trabalho	Nominal

APÊNDICE C – TABELA DAS VARIÁVEIS DA DIMENSÃO SUBSTANTIVA ADOTADA POR SANTOS (2022).

VARIÁVEIS	DESCRIÇÕES	MEDIÇÃO
VD1	Primeira variável dependente	Nominal
Medição VD1	Como a primeira variável dependente é medida	Nominal
VD2	Segunda variável dependente	Nominal
Medição VD2	Como a segunda variável dependente é medida, se houver	Nominal
VD3	Terceira variável dependente	Nominal
Medição VD3	Como a terceira variável dependente é medida, se houver	Nominal
Fonte dos dados	Descrição de onde os autores obtiveram seus dados	Nominal
VIs	Variáveis independentes	Nominal
Número de variáveis independentes	Indica o número total de variáveis independentes	Discreto
Variáveis de controle	Indica se o trabalho adotou variáveis de controle	Binária (1 = sim, 0 = não)
Número de variáveis de controle	Indica o número total de variáveis de controle	Discreto
VIs e Controles	Soma do número de variáveis independentes com o número de variáveis de controle	Discreto
Amostra (dados agregados)	Tamanho da amostra (nível agregado)	Discreto

Amostra (dados individuais)	Tamanho da amostra (nível individual)	Discreto
Falácia ecológica	Informa se a obra menciona os termos “falácia ecológica” ao longo do texto	Binária (1 = sim, 0 = não)
Hipóteses corroboradas	Descrição das hipóteses corroboradas em grande parte pelos testes realizados	Nominal
Resultados mistos	Descrição de hipóteses com resultados mistos	Nominal
Hipóteses refutadas	Descrição das hipóteses não corroboradas pelos testes realizados	Nominal
Hipóteses não testadas	Descrição de hipóteses que não foram extensivamente testadas pelo trabalho	Nominal
Número total de hipóteses	Número total de hipóteses mencionadas no estudo	Discreto
Número de hipóteses testadas	Número de hipóteses testadas no estudo	Discreto
Número de hipóteses corroboradas	Número de hipóteses amplamente corroboradas pelos testes	Discreto
Proporção entre hipóteses testadas e corroboradas	Resultado da divisão do número de hipóteses corroboradas pelo total de hipóteses testadas	Contínuo (entre 0 e 1)
Fração do número de hipóteses corroboradas sobre o número de hipóteses testadas	Representação fracionária da variável anterior	Nominal

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE D – TABELAS COM OS ARTIGOS APRESENTADOS NAS TRÊS REVISÕES ANALISADAS.

	EIJK, FRANKLIN & MARSH (1996)	MARSH & MIKHAYLOV (2010)	SANTOS (2022)	MOTIVO DA EXCLUSÃO EM SANTOS (2022)
REIF & SCHMITT (1980)	SIM	SIM	SIM	---
MENKE & GORDON (1980)	NÃO	NÃO	SIM	---
RABIER (1984)	NÃO	NÃO	SIM	---

REIF (1984)	SIM	SIM	SIM	---
PALDAM (1986)	NÃO	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
EIJK (1989)	NÃO	NÃO	SIM	---
EIJK (1987)	NÃO	SIM	NÃO	Não é centrado nas eleições para o PE
ERIKSON (1988)	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca
BOGDONOR (1989)	SIM	NÃO	NÃO	Não é centrado na teoria
CURTICE (1989)	SIM	SIM	SIM	---
MCKUEN, ERIKSON & STIMSON (1989)	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca
<i>EIJK & OPPENHUIS (1990)</i>	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca
NIEDERMAYER (1990)	SIM	NÃO	SIM	---
SCHMITT (1990a)	SIM	NÃO	SIM	---
SCHMITT (1990b)	NÃO	NÃO	SIM	---
WOLDENDORP, KEMAN & BUDGE (1990)	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca
EIJK & FRANKLIN (1991)	SIM	NÃO	NÃO	Não é centrado na teoria
EIJK & OPPENHUIS (1991)	NÃO	NÃO	SIM	---
FRANKLIN (1991)	SIM	NÃO	NÃO	Não é centrado na teoria
SCHMITT & MANNHEIMER (1991)	SIM	SIM	SIM	---
UPTON (1991)	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca
FLICKINGER & STUDLAR (1992)	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca
NIEMI, WHITTEN & FRANKLIN (1992)	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca
SINNOTT & WHELAN (1992)	NÃO	NÃO	SIM	---
PATTERSON & CALDEIRA (1993)	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca
POWELL & WHITTEN (1993)	SIM	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
FRANKLIN, MARSH & MCLAREN (1994)	SIM	NÃO	NÃO	Não é centrado nas eleições para o PE
FRANKLIN, MARSH & WLEZIEN (1994)	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca

MUDDE & VAN HOLSTEYN (1994)	NÃO	NÃO	SIM	---
IRWIN (1995)	SIM	SIM	SIM	---
FRANKLIN, EIJK & OPPENHUIS (1995)	NÃO	NÃO	SIM	---
MITCHEL & WLEZIEN (1995)	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca
SHUGART (1995)	SIM	NÃO	NÃO	Não apareceu na busca
SMITH (1995)	NÃO	NÃO	SIM	---
ANDERSON & WARD (1996)	---	SIM	NÃO	Não é centrado nas eleições para o PE
EIJK, FRANKLIN & MARSH (1996)	---	SIM	SIM	
MCLEAN, HEATH & TAYLOR (1996)	---	NÃO	SIM	---
BLONDEL, SINNOTT & SVENSSON (1997)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
NORRIS (1997)	---	NÃO	SIM	---
REIF (1997)	---	SIM	SIM	---
THOMASSEN & SCHMITT (1997)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
EISINGA, FRANSES & DIJK (1998)	---	SIM	SIM	---
MARSH (1998)	---	SIM	SIM	---
TAGGART (1998)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
COULTRAP (1999)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
HEATH <i>et al</i> (1999)	---	SIM	SIM	---
BRUG, FENNEMA & TILLIE (2000)	---	NÃO	SIM	---
FRANKLIN (2001)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
SIAROFF (2001)	---	NÃO	SIM	---
MORAVCSIK (2002)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
<i>JESUIT (2003)</i>	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
MARSH (2003)	---	SIM	NÃO	Periódico não indexado no SJR
MATTILA (2003)	---	SIM	SIM	---
PACEK & RADCLIFF (2003)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria

RAY (2003)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
STUDLAR, FLICKINGER & BENNETT (2003)	---	SIM	SIM	---
VREESE (2003)	---	SIM	SIM	---
FERRARA & WEISHAUPT (2004)	---	SIM	SIM	---
FREIRE (2004)	---	NÃO	SIM	---
KOUSSER (2004)	---	SIM	SIM	---
KRITZINGER, CAVATORTA & CHARI (2004)	---	NÃO	SIM	---
PETER, LAUF & SEMETKO (2004)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
SCHÖN-QUINLIVAN & QUINLIVAN (2004)	---	NÃO	SIM	---
TAGGART & SZCZERBIAK (2004)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
TILLMAN (2004)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
CARRUBBA & TIMPONE (2005)	---	SIM	SIM	---
LUSOLI & WARD (2005)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
RALLINGS & THRASHER (2005)	---	SIM	SIM	---
SCHMITT (2005)	---	SIM	SIM	---
TAVITS (2005)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
CARAMANI (2006)	---	NÃO	SIM	---
FOLLESDAL & HIX (2006)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
HIX, NOURY & ROLAND (2006)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
KOEPKE & RINGE (2006)	---	SIM	SIM	---
VREESE <i>et al</i> (2006)	---	SIM	SIM	---
ELGÜN & TILLMAN (2007)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
EIJK & EGMOND (2007)	---	SIM	SIM	---
EIJK <i>et al</i> (2007)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
FLICKINGER & STUDLAR (2007)	---	SIM	SIM	---
FREIRE & TEPEROGLOU (2007)	---	SIM	SIM	---

HIX & MARSH (2007)	---	SIM	SIM	---
VRIES (2007)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
WEBER (2007)	---	SIM	SIM	---
WILKE & REINEMANN (2007)	---	NÃO	SIM	---
MAGNI-BERTON (2008)	---	NÃO	SIM	---
BRUG, FRANKLIN & TÓKA (2008)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
FAUVELLE-AYMAR & STEGMAIER (2008)	---	SIM	SIM	---
MANOW & DÖRING (2008)	---	SIM	SIM	---
RASMUSSEN (2008)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
STEFANOVA (2008)	---	SIM	SIM	---
TILLEY, GARRY & BOLD (2008)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
TILLEY & WLEZIEN (2008)	---		SIM	NÃO
ARNOLD & PENNINGS (2009)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
BRUG, HOBOLT & VREESE (2009)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
CLARK & ROHRSCHEIDER (2009)	---	NÃO	SIM	---
HOBOLT, SPOON & TILLEY (2009)	---	SIM	SIM	---
MARSH (2009)	---	NÃO	SIM	---
ORFORD <i>et al</i> (2009)	---	SIM	NÃO	Não é centrado na teoria
SCHMITT (2009)	---	NÃO	SIM	---
SCHWELTZER (2009)	---	SIM	NÃO	Periódico de baixo fator de impacto
VRIES (2009)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
VRIES & EDWARDS (2009)	---	SIM	NÃO	Não apareceu na busca
MARSH & MIKHAYLOV (2010)	---	---	SIM	---

Fonte: Elaboração própria¹².

12 LEGENDA: Referências em **negrito** representam marcos temporais importantes: Reif e Schmitt (1980) como artigo seminal, Eijk, Franklin e Marsh (1996) e Marsh e Mikhaylov (2010) como as primeiras revisões narrativas sobre o tema. Eijk e Oppenhuis (1990) e Jesuit (2003) estão em *italico* porque foram as únicas referências não encontradas na etapa da coleta que teriam passado por todos os critérios de exclusão de Santos (2022) e que foram citadas em alguma das revisões narrativas anteriores. Todos os outros trabalhos que “não apareceram na busca” não foram encontrados na etapa da coleta porque não continham algum dos termos obrigatórios da busca (“second-order elections” AND “European Parliament”) ou não lidavam diretamente com os temas da revisão sistemática de Santos (2022).